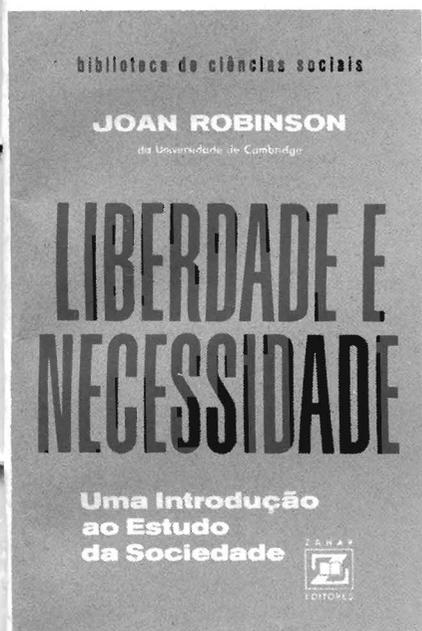


## **Liberdade e Necessidade — Uma Introdução ao Estudo da Sociedade**

Por Joan Robinson. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971. 125 p.



Não é comum algumas poucas linhas de prefácio dizerem tanto sobre a obra como esta. "Parece-me que uma interpretação econômica da história constitui elemento indispensável ao estudo da sociedade, mas é apenas um dos elementos. Em camadas subjacentes a ela acham-se a geografia, a biologia e a psicologia; nas superiores, a investigação das relações sociais e políticas e a história da cultura, do direito e da religião. Este livro oferece um esboço apressado da camada central, na esperança de proporcionar uma estrutura geral dentro da qual estudos especializados possam ser elaborados."

Eis, pois, o objetivo da Sra. Robinson: contestar a exclusividade do determinismo econômico na história, lembrando que o perfil e as mudanças da ordem econômica originam-se de múltiplos condicionantes: o geográfico, o biológico, o psicológico e o sociocultural. O meio de que se

vale, para sustentar a tese, é recorrer a um imenso panorama evolucionista, que começa apelando à genética para mostrar que "as semelhanças entre as espécies resultam mais da pressão das circunstâncias que da hereditariedade" (p. 13); envereda na descrição da economia natural, recorrendo à antropologia que lhe dá o panorama da diversidade cultural e lhe permite concluir que "as semelhanças que são encontradas entre várias sociedades podem às vezes ter sua origem remontada à herança de uma tradição comum, mas a maioria parece surgir, como a semelhança entre os perfis de um golfinho e de um peixe, das exigências das situações em que elas se desenvolveram" (p. 36). Admite que a fixação do homem à terra, substituindo a caça pela agricultura, é o processo que nos permite entender as origens da propriedade privada, da família, da patrilinearidade, do respeito à virgindade feminina e mesmo do juro. Completa seu quadro evolutivo analisando a origem do feudalismo (p. 46), da classe média (p. 47), das raças (p. 51), da moeda (p. 50), a que se segue a origem da burguesia (p. 55) e do nacionalismo (p. 59).

Desembocamos assim na "expansão capitalista", algo, para a autora, eminentemente novo, a romper a monotonia da repetição histórica: "De certo ponto de vista, toda a história humana, do neolítico ao século XVIII pode ser tratada como um só período, e da Revolução Industrial até o presente, como outro. Muitos dos mesmos modelos se repetem. O Império Britânico teve algo em comum com o Romano; a destruição da Grécia... repetiu-se neste século nas guerras européias que levaram à dominância dos Estados Unidos" (p. 61). O elemento original do capitalismo seria a conjugação de três características: "a hipertrofia do Estado-Na-

ção (que algumas tentativas de internacionalismo pouco fizeram para conter), a aplicação da ciência à produção e a penetração dos valores monetários em todos os aspectos da vida" (p. 61).

Com base nesse tripé, a autora desenha a dinâmica da "era moderna", alinhavando em laços históricos a fase comercial à industrial competitiva e esta ao neocapitalismo, a respeito do qual endossa formulações de Myrdal, Galbraith, Marshall e Schumpeter — não para acrescentar algo de novo, que não é sua intenção, nem para exaltar a tecnoestrutura ou lamentar o desaparecimento do empresário clássico, mas, sim, para sugerir que "o capitalismo moderno acha-se bem adaptado para produzir sucessos técnicos fabulosos, mas não para fornecer a base da nobre vida acessível a todos com que Marshall sonhou" (p. 88).

A crítica à má distribuição de renda, ao consumo supérfluo e ao militarismo como alternativa econômica de manutenção do nível de emprego, não é, porém, enfatizada. Antes, Robinson afirma que "O Estado do Bem-Estar suavizou muito a rudeza do capitalismo puro e desempenhou grande papel em poupá-lo, até o presente, do apocalipse que Marx previu há cem anos" (p. 92).

Os mecanismos de auto-sustentação do capitalismo, em sua etapa contemporânea, colocam o cerne da competição não entre classes, mas entre Estados-Nação, cada qual procurando sobreviver e fortalecer-se mediante saldos favoráveis no comércio internacional. Trata-se de uma *mutação* (sic) ocorrida no sistema capitalista, o que permite denominar a fase contemporânea de *O Novo Mercantilismo*.

Com ironia, diz que o êxito do sistema em preservar no pós-guerra um período de lucratividade continuado estava a indicar que "as relações de produção

achavam-se melhor adaptadas às forças da tecnologia científica do que algum dia antes haviam estado" (p. 87), negando a descontinuidade explosiva prevista por Marx. Aliás, em seu debate com o marxismo, é levada a reduzir a escatologia do socialismo científico a nada. "Revelou-se que o socialismo não constituía uma etapa além do capitalismo, mas sim um meio alternativo de efetuar a industrialização (p. 77)."

Ora, se o determinismo econômico não é exclusivo, e se o capitalismo atual apresenta várias possibilidades de sobrevivência e fortalecimento ao nível nacional, há-de se considerar não um, mas vários modelos capitalistas: "cada uma das nações capitalistas fez evoluir um modelo diferente de relações entre o governo, as indústrias e serviços nacionalizados e a iniciativa privada e um modelo diferente de distribuição dos benefícios entre as classes e setores da economia, de acordo com a força e as pretensões dos interesses envolvidos" (p. 92).

Assim como fatores específicos (de ordem geográfica, histórico-social, cultural etc.) combinaram-se para produzir, sob a égide do nacionalismo, modelos nacionais de desenvolvimento, o mesmo teria ocorrido no sistema socialista. Atestando a presença indispensável do Estado desenvolvimentista, e o surgimento de sinais de sociedade de consumo no mundo soviético, Robinson, mesmo sem reconhecê-lo, endossa a tese da *convergência de sistemas*, apesar das inúmeras diferenças. No exame da diversidade das alternativas nacionais destaca-se a análise do caso sueco.

O modelo chinês, considerado "um outro caminho", recebe da autora muito mais simpatia do que o soviético. Ela vê, nas características culturais da China, o padrão que permitiu a "alternativa rápida de industrialização", num mundo de camponeses po-

bres. Na China, "durante três mil anos, o lento movimento da população, em que as classes nunca se basearam em 'raça', as tinha mergulhado a todas na civilização chinesa e esta baseava-se no conceito da conduta correta. ('Podemos ser muito pobres, mas sabemos distinguir o certo do errado'.) É muito mais fácil alterar o conteúdo da conduta correta de pessoas educadas em tal visão da vida do que introduzir o próprio conceito em povos embebidos de cinismo e competição apropriativa" (p. 105).

O *Terceiro Mundo* é visto com pouco ânimo. Não obstante reconheça que as exportações de manufaturados são a esperança atual das nações subdesenvolvidas de participar do novo mercantilismo, denuncia o desempenho das grandes empresas internacionais no aviltamento dos preços de primários, na política de reinversão e na pressão ilegítima sobre os governos. Mas o problema principal é a população; revivendo o preságio malthusiano da multiplicação das bocas, escreve: "Em quase todas as partes a renda nacional estatística está-se elevando de ano para ano. O benefício, contudo, é muito rapidamente anulado pelo crescimento da população (p. 111). E mesmo que a taxa de natalidade em todo o mundo possa ser acentuadamente diminuída num futuro próximo, a composição etária da população que já conseguiu nascer impedirá o número total de adultos de deixar de crescer e reproduzir-se por longo tempo" (p. 112).

O desafio e a proposta da Dra. Robinson aí está. O motivo de lucro, cujo funcionamento benéfico é proclamado a público pelas doutrinas econômicas, está em falência. Uma nova moralidade econômica impõe-se, e, em sua afirmação, está a principal contribuição da ciência social.

José Carlos Garcia Durand

## Tradições Comerciais da Bahia: Primeiro Quartel do Século XX

Por Deolindo Amorim. Bahia, Publicação Salvador, 1968 (Centro de Estudos Bahianos, 48).

Até agora, com raras exceções, têm sido descuidados os estudos sobre atividades econômicas regionais. Esta falha não nos permite o aprofundamento de questões particulares a cada região, levando-nos sempre a generalizações. Entretanto, a necessidade destes trabalhos fez com que o próprio Capistrano de Abreu encarecesse a sua necessidade, levando-o muitas vezes a sugerir, aos seus discípulos e amigos, vários temas de estudo sobre economia regional.

O pequeno trabalho de Deolindo Amorim é a chegada ao estudo das atividades comerciais na Bahia, no início do século XX. Apesar de não aprofundar o tema, o material que fornece é de grande utilidade.

O comércio português, como nota o autor, é preferencialmente de portugueses, mas, com a abertura dos portos, começam a chegar a Salvador contingentes de franceses, ingleses, suíços, "sem falar no espanhol, que teve e ain-